

LEGISLAÇÃO

- Directiva nº 93/43CEE do conselho, de 14 de Junho de 1993, é uma diretiva relativa á higiene dos géneros alimentícios, que estabelece as normas gerais de higiene aplicáveis aos alimentos e aos processos de controlo do cumprimento destas normas.

- Em Portugal o Directiva nº 93/43CEE do conselho, de 14 de Junho de 1993 foi transposto para o Decreto-Lei nº 67/1998, de 18 de Março de 1998 *“que consagra as regras de higiene a que estão sujeitas as fases de preparação, transformação, fabrico, embalagem, armazenagem, transporte, distribuição, manuseamento, venda e colocação de géneros alimentícios”*. Estabelece que as empresas do sector alimentar devem identificar todas as fases das suas atividades de forma a garantir a segurança dos alimentos e velar pela criação, aplicação, atualização e cumprimento de procedimentos de segurança adequados. Isto através de actividades de autocontrolo baseadas em princípios do método HACCP.

- O Decreto-Lei nº 67/1998, de 18 de Março de 1998 alterado pelo Decreto-Lei 425/1999 de 21 de outubro, consagra as regras de higiene a que estão sujeitas as fases de preparação, transformação, fabrico, embalagem, armazenagem, transporte, distribuição, manuseamento, venda e colocação de géneros alimentícios á disposição do público consumidor.

- Regulamento (CE) nº 852/2004 do parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia relativo á higiene dos géneros alimentícios. Estabelece as regras gerais destinadas aos operadores das empresas do sector alimentar, no que se refere á higiene dos géneros alimentícios.

- REGULAMENTO (CE) nº 1441/2007 DA COMISSÃO de 5 de Dezembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) nº 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios.

- REGULAMENTO (CE) nº 853/2004 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 29 de Abril de 2004 que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal

- REGULAMENTO (CE) nº 629/2008 DA COMISSÃO de 2 de Julho de 2008 que altera o Regulamento (CE) nº 1881/2006 que fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios (Texto relevante para efeitos do EEE)

- REGULAMENTO (CE) nº 1441/2007 DA COMISSÃO de 5 de Dezembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) nº 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios

- REGULAMENTO (UE) N.º 1169/2011 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 25 de Outubro de 2011 relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, que altera os Regulamentos (CE) nº 1924/2006 e (CE) nº 1925/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Directivas 87/250/CEE da Comissão, 90/496/CEE do Conselho, 1999/10/CE da Comissão, 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2002/67/CE e 2008/5/CE da Comissão e o Regulamento (CE) nº 608/2004 da Comissão.

- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho O presente decreto-Lei altera o regime geral da gestão de resíduos e transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos.

- Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho e Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.

- Regulamento (UE) nº 178/2002 Que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.

- Portaria nº 149/88 de 9 de Março. Legislação auxiliar na aplicação dos pré-requisitos relativa a higiene nas pessoas em contacto com o alimento.